

# Regionalização sustentável

## A viabilização econômica de documentários locais por meio da difusão em rede pública nacional

por Newton Cannito e Silvio Crespo

As emissoras públicas de televisão encerrarão o ano tendo transmitido em rede nacional e ao longo de todo o segundo semestre um documentário brasileiro recém-finalizado por semana. Sempre às 21h de sábado. A maioria deles concebida e produzida fora do chamado eixo Rio-São Paulo. O espaço em horário nobre e em rede nacional para filmes documentais regionais e independentes, fato raro na tradição televisiva nacional, é resultado de um projeto que se iniciou no ano passado e promete crescer. Não menos rara é a perspectiva de desenvolvimento no longo prazo e auto-sustentabilidade de uma iniciativa de fomento à cultura: os organizadores desse processo têm a ambição de formar, em todos os estados brasileiros, pólos regionais de produção e difusão de documentários, todos eles em atividade contínua e permanente.

Trata-se do DOCTV - Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, que financia e oferece apoio técnico a filmes documentais e garante sua exibição nas emissoras públicas. O programa, uma ação conjunta do Ministério da Cultura (MinC), da Fundação Padre Anchieta e da Abepec (Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais), iniciou-se em setembro do ano passado, quando foram lançados 20 concursos estaduais para seleção de projetos de documentários que tratam da diversidade cultural brasileira. Os projetos recebidos foram analisados por comissões em cada estado, totalizando 26 escolhidos no país todo. Cada um dos contemplados recebeu um contrato de co-produção de R\$ 90 mil para a realização de um filme de 55 minutos, sendo R\$ 20 mil em equipamento oferecido pela emissora do estado e R\$ 70 mil em dinheiro, provenientes do MinC. Os filmes foram produzidos na rede pública de TV.

Para 2005, a idéia é ampliar as fronteiras e não só as

internas. Dessa vez, todos os estados participarão e serão contemplados 35 projetos, nove a mais do que na primeira edição. O valor do apoio também aumentará, chegando a R\$ 100 mil, dos quais R\$ 80 mil em dinheiro. O alcance estrangeiro do DOCTV ainda não está concretizado, mas os organizadores pretendem, em um futuro próximo, criar um fundo transnacional para financiar versões internacionais: o DOCTV América Latina e o DOCTV dos países de língua portuguesa.

### Consolidação no mercado

“A figura do Estado obsequioso não existe no projeto. O DOCTV é o Estado investidor”, diz Mário Borgneth, gerente de documentário da TV Cultura e um dos coordenadores nacionais. “A gente tenta produzir regionalmente e difundir nacionalmente”, explica. Cada filme produzido tem uma estréia nacional na rede pública de televisão. Depois, cada TV é obrigada a reexibi-lo no horário de melhor conveniência local. O pacote de mídia nacional, comercializado pela TV Cultura, de São Paulo, ou pela Rede Brasil/TVE, do Rio de Janeiro, tem um sistema de repasses proporcional às emissoras estaduais. Nas exibições locais, a comercialização é de responsabilidade das emissoras da região.

Cada estado que participa do DOCTV produz um ou dois filmes e exhibe 35 (no caso da segunda edição). A exibição gera um imenso pacote de mídia disponível para comercialização local. “Quando se vende mídia, coloca-se o documentário cultural em um sistema de mercado, incorporando anunciantes, agências de publicidade etc. Na medida em que essa sistemática de mercado consegue gerar a comercialização, consegue-se assegurar o moto-contínuo do produzir, exhibir, comercializar, produzir, exhibir, comercializar...”, explica Borgneth.

A auto-sustentabilidade do projeto é reforçada pela “vida longa” que os filmes ganham após a exibição na TV, segundo o

gerente de documentários da TV Cultura. No contrato de co-produção de R\$ 100 mil dados ao projeto vencedor já está disciplinada toda a vida útil desse produto, que pode ser comercializado em várias outras janelas – na TV a cabo, no *pay-per-view*. “Tem ainda toda a distribuição nacional e internacional dos títulos e amanhã ou depois nós vamos ver os produtos do DOCTV disponíveis nas bancas de jornal”, destaca.

No entanto, Borgneth reconhece que, no que diz respeito a anunciantes na televisão, o projeto ainda está “engatinhando”, apesar da audiência considerada alta para a média das emissoras públicas no horário (dois a três pontos no Ibope, de 700 mil a 1,2 milhão de pessoas). “Mas alguns estados avançaram bastante. Tocantins é a vanguarda mercadológica do projeto. Já está vendendo mídia em avanço, colocando dinheiro novo na produção e a televisão já está capitalizando em cima da programação”. Borgneth espera que nessa segunda edição do DOCTV “pelo menos 50% dos custos do projeto já estejam garantidos pela comercialização da própria mídia”. Na terceira edição, que deve ir ao ar em 2006, a previsão é que a venda de espaços publicitários corresponda a 100% do valor gasto no projeto.

### Temática, estética e linguagem

Uma inovação importante da segunda edição do DOCTV é a forma de apresentação do projeto. Tradicionalmente, os concursos de documentário usam modelos parecidos com os de ficção e pedem, por exemplo, um roteiro do documentário. Contrapondo-se a isso, grandes diretores, entre os quais Eduardo Coutinho, defendem um documentário que se define justamente pela ausência do roteiro. Para eles, o diretor não pode saber de antemão o que vai encontrar durante a filmagem; o documentário deve ser resultado do embate entre o cineasta e a realidade. As regras do

DOCTV superam essa tradicional limitação dos concursos de documentário. Descolando do modelo ficcional, o DOCTV não coloca o roteiro detalhado como item obrigatório do projeto.

Com o objetivo de promover a diversidade estética, o DOCTV tem consciência de que nem todos os documentários devem apresentar roteiro, apesar de alguns necessitarem. Borgneth explica que “este ano, nós resolvemos privilegiar um percurso descritivo do autor, em que ele amadureça bastante



*Coberta D'alma*

quais são os pressupostos do seu relacionamento com aquela faceta da realidade que elegeu como tema do documentário. É menos amarrado do que fazer a pessoa inventar um roteiro que depois ele não sabe se vai poder cumprir”. No novo e inovador formato para apresentação do projeto, o proponente deve apresentar seu tema, uma hipótese a ser investigada no transcorrer do filme, seus objetos e a forma de abordagem. O roteiro é uma opção final, que poderá ser usada, dependendo do filme que será realizado.

Outra particularidade do DocTV é praticamente abolir a limitação temática ou qualquer tipo de orientação cultural. A única exigência é que os filmes falem da diversidade cultural do seu estado. Mas a expressão é definida de forma bastante ampla: “cabem todas as manifestações e misturas”, diz Borgneth. Incluem-se, portanto, não apenas aspectos folclóricos, tradicionais ou aqueles considerados autênticos ou “de raiz”, mas também práticas inusitadas e mesmo a visão das comunidades locais sobre uma cultura considerada “estrangeira” ou “americanizada”. A amplitude da temática do DOCTV não alcança, no entanto, documentários políticos ou investigativos.

### Regionalização e formação

Um mérito do DOCTV que não se pode deixar de mencionar é a participação efetiva de estados que normalmente não têm tradição de produzir documentários. São Paulo e Rio de Janeiro, evidentemente, concentraram o maior número de projetos inscritos — 133 e 90, respectivamente, num total de 629, na primeira edição. No entanto, outras regiões surpreenderam as expectativas. Maranhão, por exemplo, entrou com quatro projetos; Santa Catarina, com 25; Bahia, 45; Pará, cerca de 19. “Antes do DocTV, no último edital feito pelo

Ministério da Cultura, ainda na gestão [Francisco] Weffort, Tocantins, por exemplo, só teve um projeto inscrito. No ano passado, chegou a 10”, comemora Borgneth. Já o Pará saltou de zero em 2001 para 19 participantes no DOCTV.

Também na segunda edição do DOCTV, há ações de formação junto aos pólos regionais. Em 2004, foi realizada uma série de “Oficinas para formatação de projetos” e discussão sobre múltiplas estéticas de documentários em 24 estados. Mais de 900 pessoas participaram no país inteiro, mesmo nos estados mais distantes. Foram 50 pessoas no Pará, 45 no Amazonas e 50 no Acre. Palestrantes do DocTV apresentavam e discutiam com os inscritos obras de diversos estilos, desde o documentário clássico até os mais experimentais, passando pelo cinema verdade, documentário de montagem e outros.

Sem a intenção de impor uma linguagem ou estilo, o que se quer é discutir com os participantes um leque de possibilidades para enriquecer o resultado final dos filmes. Na segunda edição do DOCTV haverá uma Oficina para Desenvolvimento de Projetos, voltada exclusivamente aos 35 diretores selecionados. Eles se reunirão com cinco renomados documentaristas brasileiros, também com o objetivo de trocar experiências e enriquecer seus projetos.

## Opinião: diversidade estética e desenvolvimento econômico

No campo das políticas públicas para a televisão, muito se fala em criar reserva de mercado permanente — estabelecendo um número mínimo de horas que cada retransmissora deve destinar a produções independentes e regionais — e incentivos, mas sem garantia de capitalização. Pouco se discute sobre ações afirmativas, ou seja, políticas que criem condições para que a produção regional e independente se desenvolva a partir de seus próprios alicerces. Nesse aspecto, o DOCTV destoa da maioria das ações públicas para a cultura e tem o mérito de colocar em primeiro plano uma perspectiva afirmativa de longo prazo: a criação e desenvolvimento de núcleos regionais

permanentes em todo o país para produção contínua e sistemática de documentários.

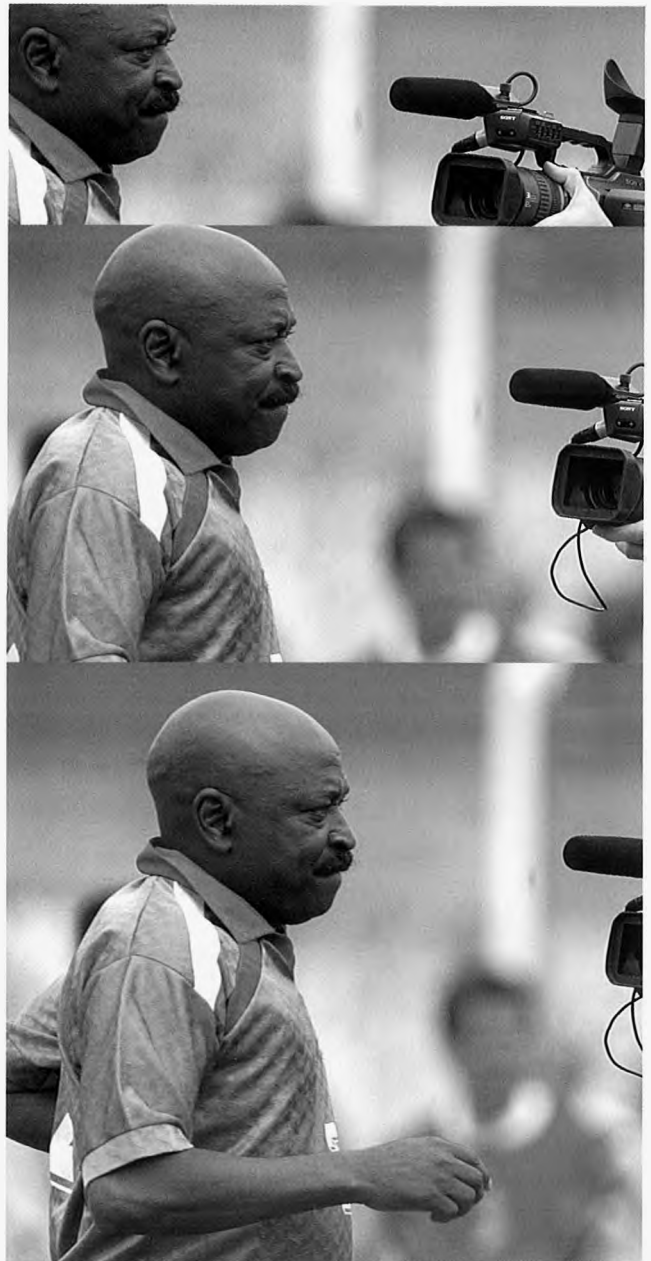
A começar pela garantia de exibição no Brasil inteiro. Isso, além de estimular o documentarista, pois ele vê sua obra veiculada por todo o país, possibilita a capitalização da produção local. Uma emissora estadual apóia a produção de um ou dois documentários e exhibe 26. A venda dos espaços comerciais dessas 26 exhibições é revertida na produção de outro documentário local no ano seguinte, formando um ciclo que tende à auto-sustentabilidade. De quebra, a idéia de produzir regionalmente e difundir nacionalmente ainda se insere no

projeto de fortalecimento de uma rede nacional pública que respeite as identidades regionais do país. O DocTV responde ainda por dois importantes princípios da televisão pública: fazer um contraponto à grade das emissoras comerciais, oferecendo mais opções aos telespectadores, e inovar, abrindo espaço para produtos ainda não “testados” pelo mercado. No caso, as produções de documentários regionais.

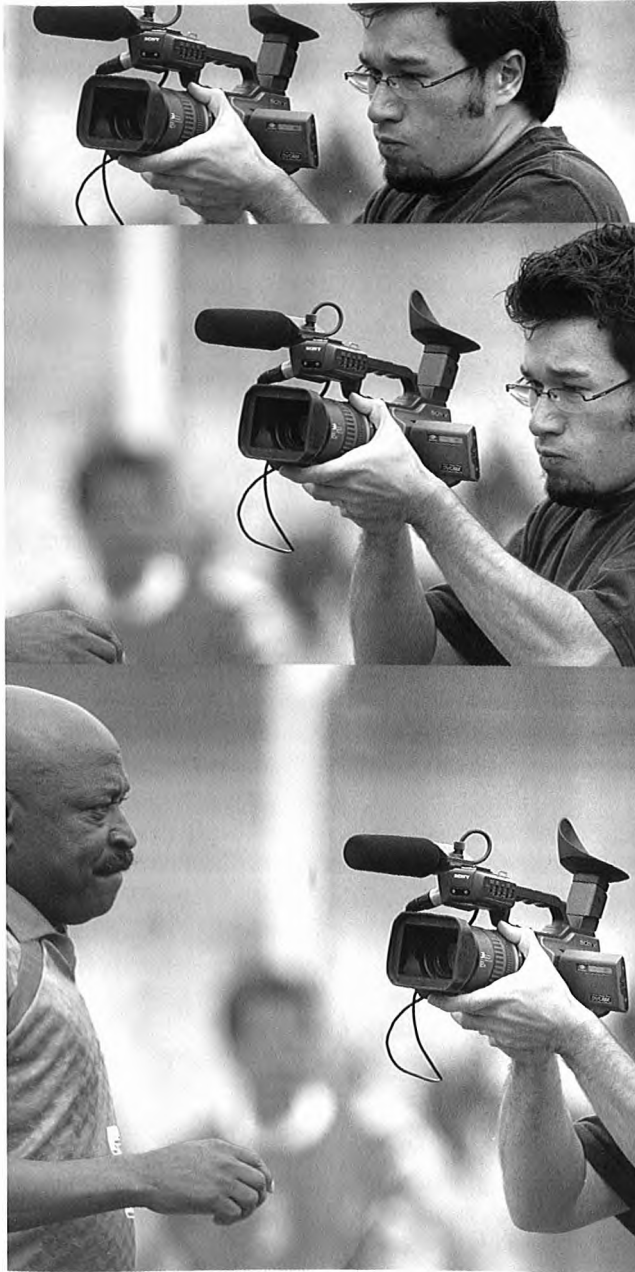
Além disso, o aprimoramento técnico, fundamental para a consolidação dos pólos em regiões não habituadas à produção de filmes documentais, está implícito no projeto. Isso porque a TV Cultura, de São Paulo, com tradição reconhecida na área documental e participação ativa no DOCTV, acaba naturalmente disseminando seu *know-how* entre os nascentes pólos de produção. No médio prazo, tudo isso irá contribuir para a maior diversidade da grade de programação.

Outro ponto importante é o estímulo à variedade de formatos dos filmes realizados. Na primeira edição do DocTV, acabou prevalecendo o padrão reportagem. O segundo edital veio com uma mudança considerável: abolição da forma tradicional do roteiro e abertura de espaço para o docudrama (documentário com trechos encenados) e outras estratégias de abordagem possíveis no documentário. A utilização de diferentes recursos formais e a inovação estética, no entanto, podem demorar a se manifestar nos projetos participantes. Dependem de um processo de formação de longo prazo, de alguns anos de produção sistemática e intensa.

Por outro lado, a primeira leva de filmes contemplados mostra que temos um longo caminho a seguir. Apesar das características inovadoras do concurso, a grande maioria dos filmes seguiu temáticas e modos de expressão mais tradicionais. Foram realizados muitos filmes sobre a história das regiões ou sobre o folclore local. Tais temáticas, apesar de importantes, não dão conta da diversidade de demandas de produção. Em termos formais, prevaleceram recursos do documentário *standard* do jornalismo televisivo: com voz *off* na locução e entrevistas ilustrativas. Percebe-se que, para além do esforço do concurso, há ainda uma cultura audiovisual viciada. Daí a importância da continuidade e aperfeiçoamento das políticas de formação, que darão aos realizadores um repertório mais variado.



*Preto contra Branco*



*Preto contra Branco*

Outro aspecto notável do projeto é buscar um horizonte de auto-sustentabilidade. No entanto, vale ressaltar que essa busca não pode se restringir à procura de anunciantes. A atual liberdade da TV pública brasileira em relação aos anunciantes deve ser preservada a qualquer custo, pois é ela que permitirá que os programas das estatais se diferenciem daqueles veiculados pelas televisões comerciais. A TV comercial brasileira atual é totalmente dependente dos anúncios do governo e das grandes empresas. Isso obviamente tem conseqüências no conteúdo.

Um cineasta como Michael Moore, por exemplo, jamais conseguiria viabilização comercial no campo audiovisual brasileiro atual. Isso porque, apesar de ser um sucesso de público direto, os filmes de Moore têm óbvias dificuldades em conseguir anúncios ou patrocínios, já que eles combatem justamente o crime empresarial das grandes corporações e os crimes do poder público. No caso do Brasil, filmes como os de Moore combateriam os únicos anunciantes possíveis no atual modelo de televisão e cinema. Obviamente, sofreriam censura privada.

Por isso, o projeto do DOCTV e a televisão pública brasileira, como um todo, devem evitar reproduzir o modelo de financiamento da TV comercial, totalmente dependente de poucos e grandes anunciantes. O ideal é que o financiamento viesse direto do público, não do anunciante. Um bom modelo é a TV britânica, que segue o conceito de serviço público e cobra um imposto direto da população. Enquanto isso não acontece, a auto-sustentabilidade deve ser conquistada nas brechas do atual mercado brasileiro, na conquista de anunciantes locais, nas vendas para DVDs no mercado de vídeo, no mercado educacional, no mercado internacional, entre outros. São os financiamentos alternativos que poderão garantir a continuidade de propostas estéticas alternativas.

O projeto, no entanto, está buscando esses caminhos e por isso é uma das políticas públicas mais inovadoras dos últimos anos. O DOCTV tem o mérito de traçar as linhas de um modelo de produção e teledifusão que, se trazer boas conseqüências estéticas e econômicas, poderá fornecer as bases de uma reforma estrutural na televisão brasileira, inclusive no modelo comercial.